



# Política em redes

As mídias sociais foram alçadas a protagonistas de momentos políticos recentes, incluindo as eleições presidenciais de outubro. A internet de fato se transformou na nova arena pública de debates brasileira? Um cientista político e um analista de mídias respondem a essa questão e apontam quais os limites e possibilidades do cenário digital. *A Rumos* traz ainda os dados e opiniões de diferentes especialistas sobre o futuro que chegou.

Em 2018, os números relativos à atuação dos brasileiros nas redes sociais se intensificaram e, durante o recente período eleitoral, alcançaram patamares jamais vistos: nos três meses de campanha, somente em uma rede social – o Twitter – foram registrados 130 milhões de postagens sobre o tema, com mais de 160 milhões de interações dos usuários com os candidatos à presidência. Em um pleito em que 117 milhões de eleitores compareceram às urnas, e considerando que o Twitter não é a rede social de maior penetração entre os usuários brasileiros, os números são impressionantes.

Ainda em 2016, o IBGE já estimava em 116 milhões o total de usuários de internet brasileiros. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha nos dias 24 e 25 de outubro deste ano, cerca de dois terços dos eleitores possuem contas em redes sociais, índice que pode chegar a 90% entre os mais jovens, de até 24 anos. Mesmo entre os mais pobres, mais da metade do eleitorado (53%) acessa as redes sociais. O Brasil é o terceiro país do mundo com maior número de usuários do Facebook e o sexto entre usuários do Twitter. Mas ambas as redes estão atrás, em popularidade, daquela que tem sido a estrela dos debates políticos e eleitorais: o WhatsApp.

De acordo com o Datafolha, 65% dos eleitores brasileiros possuem conta no aplicativo, sendo que quase metade dos usuários afirmou que utiliza a rede para ler notícias sobre política e eleições e 24% disseram compartilhar notícias com essa temática. O número é próximo do verificado no Facebook: 46% dos usuários leem informação eleitoral e política, e 22% compartilham as notícias. Os números sugerem que uma parte relevante do debate político brasileiro está ocorrendo no ambiente digital, em especial nas mídias sociais.

Para tentar compreender esse cenário e oferecer dados para análise das implicações do uso intensivo das redes sociais para o futuro político do país, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV), em conjunto com organizações internacionais como o Atlantic Council, o National Democratic Institute (NDI), a New

York University (NYU) e o Oxford Internet Institute, lançou, em julho, a Sala de Democracia Digital, espaço de acompanhamento das redes e monitoramento do debate público brasileiro durante o período eleitoral. A análise da rede foi defendida como “uma nova possibilidade de entender as relações entre Estado e sociedade”.

## IMPACTO

Ao longo de três meses, a Sala de Democracia Digital publicou 123 análises, realizadas a partir das postagens realizadas tanto pelos candidatos quanto, principalmente, pelos próprios usuários das redes. Apenas no dia da votação do primeiro turno, foram mais de 5,8 milhões de tuítes, o que representa o maior volume já registrado desde que o Departamento iniciou suas medições na rede, em 2014. Naquele dia, mais de 70% das postagens se concentraram no então candidato Jair Bolsonaro – fato que se repetiu, com maior ou menor intensidade, durante toda a campanha, em que Bolsonaro foi o ator central, mobilizando a maior repercussão na rede, favorável ou contrária à sua figura.

Outro dado importante extraído das análises diz respeito aos principais temas dos debates ocorridos nas redes sociais, que sugerem que a discussão política no ambiente digital esteve sintonizada com o sentimento real dos eleitores e com as questões que influenciaram sua decisão de voto. Segundo boletim divulgado no dia 1º de novembro, a corrupção foi o principal assunto discutido nas redes durante os três meses de campanha, seguido do tema segurança pública. Esses dois pontos foram justamente os de maior apelo da campanha vencedora. O terceiro tema mais relacionado aos candidatos foi economia. Os demais assuntos apareceram em um patamar inferior aos primeiros colocados.

“A agenda de habitação, por exemplo, só obteve »

destaques pontuais com a repercussão em falas de debates e a pauta de cultura manteve-se em quase ausência, afora a semana posterior ao incêndio no Museu Nacional”, destaca o boletim. “Educação e saúde, que geralmente mobilizavam as preocupações dos eleitores nas redes e sempre estão entre os temas de maior importância para os cidadãos, foram mais abordados no segundo turno. As discussões, porém, não abordaram de forma geral pautas específicas de cada tema, mas questionamentos diretamente ligados a ambas as campanhas e em vínculo com outras agendas, como as pautas de gênero”, completa.

### RISCOS E AMEAÇAS

Especialistas reunidos no VIII Fórum da Internet no Brasil, principal espaço de debates no país sobre temas relacionados à governança da internet, analisaram as conse-

quências desse uso intensivo das redes para a política brasileira. Com a reforma na Lei Eleitoral, em 2017, a utilização das mídias sociais pelas próprias candidaturas se tornou mais simples, mas também abriu espaço para muitas práticas não previstas. O principal alvo das preocupações foi o WhatsApp.

A conselheira do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), Flávia Lefèvre, citou pesquisas que teriam demonstrado que houve utilização da rede social para comunicação em massa, com disparadores maciços e, em sua opinião, desvirtuamento da utilização da plataforma. “Os algoritmos altamente sofisticados [utilizados pelas principais redes sociais] deixam os consumidores vulneráveis, são de um desrespeito profundo aos nossos dados pessoais, além de trazer danos coletivos, difusos, que podem comprometer a nossa democracia.



Pixabay

## Redes de mobilização

O ano de 2013 é considerado central para se compreender as novas dinâmicas de mobilização social por meio das redes sociais no Brasil. Como destaca o relatório da Sala de Democracia Digital, que fez um balanço das ações nas mídias durante as eleições brasileiras, “a era da sociedade em rede encontrou nas manifestações de 2013 a maior expressão da transição da esfera pública para esfera pública interconectada. As manifestações de junho de 2013 mostraram pela primeira vez que a internet se tornou um *continuum* da esfera pública tradicional”.

No livro *Redes de indignação e esperança: Movimentos so-*

*ciais na era da internet*, em que analisa os movimentos que eclodiram em todo o mundo a partir da Primavera Árabe em 2011, com um capítulo dedicado às manifestações brasileiras, o sociólogo espanhol Manuel Castells afirma que as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder. Para ele, a atividade mais importante da internet hoje se dá por meio das redes sociais, que ocupam lugar central nas conexões que são estabelecidas no ambiente digital e estendem as fronteiras antes visíveis até o limite das possibilidades, servindo de palco para o diálogo en-

O Ministério Público deveria se envolver de forma pesada na investigação desses abusos”, afirmou.

A chefe da missão de observadores internacionais da Organização dos Estados Americanos (OEA), Laura Chinchilla, chegou a afirmar que o uso massivo do WhatsApp para influenciar a eleição “não tem precedentes” no mundo. “É uma rede que gera muita confiança nas pessoas porque são pessoas próximas a elas que mandam as notícias”, disse, alertando também para o risco das notícias falsas presentes na rede.

Segundo pesquisa do instituto Ibope Inteligência, nove em cada dez internautas receberam as chamadas *fake news* [notícias falsas, em tradução literal] durante o processo eleitoral, especialmente por meio do WhatsApp e do Facebook. De acordo com o estudo, realizado entre os dias 18 e 22 de outubro, em todas as regiões brasileiras, 90% dos usuários de internet do Brasil

tre diferentes culturas e povos. “São espaços vivos que conectam todas as dimensões da vida das pessoas. Se tornam plataformas para todos os tipos de atividade, não apenas para amizades ou bate papos pessoais, mas para *marketing*, *e-commerce*, educação, criatividade cultural, distribuição de mídia e entretenimento, aplicações de saúde e, sim, ativismo político”, acentua.

Castells, considerado o principal formulador das teorias sobre as redes sociais digitais, defende que o mundo passa por um processo de transformação estrutural desde as últimas duas décadas, associado à emergência de um novo paradigma tecnológico que se difundiu por todo o mundo, embora de maneira desigual. As tecnologias não criam uma nova sociedade, mas possibilitam um novo formato para a antiga forma de organização social, as redes. “A comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas comuniquem umas com as outras sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção de autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade”, afirma.

As manifestações de junho de 2013 marcam o início de uma fase mais intensa de uso da internet como difusor de informações e mobilização social. Desde então, a percepção das redes como influenciadoras do debate político vem se ampliando e, a cada novo episódio, os debates sobre os desafios desse novo momento se impõem com mais força.

## O Facebook, em comunicado publicado ainda no início do ano, em sua própria página, admitiu que redes sociais podem ser usadas para “corroer a democracia e disseminar desinformação”

afirmam já ter recebido notícias falsas. Destes, 76% tinham conteúdo com informações enganosas e falsas, 57% eram notícias antigas utilizadas como se fossem recentes, 45% continham conteúdo manipulado, 37% tinham um título que não condizia com o restante do conteúdo e outras 37% eram 100% falsas.

O próprio Facebook, em comunicado publicado ainda no início do ano, em sua página, admitiu que redes sociais podem ser usadas para “corroer a democracia e disseminar desinformação”. “Desde a Primavera Árabe até eleições robustas em todo o mundo, as redes sociais pareciam positivas. A última campanha presidencial dos Estados Unidos mudou isso, com uma interferência estrangeira, que o Facebook deveria ter sido mais rápido para identificar, até o crescimento tanto das notícias falsas quanto das bolhas”, avaliou a diretora do Facebook para Política Global, Katie Harbath. “Se há uma verdade fundamental sobre o impacto de mídias sociais na democracia, é que elas amplificam as intenções humanas – tanto as boas quanto as ruins. Em seu melhor, elas permitem que nós nos expressemos e tomemos alguma atitude. Em seu pior, elas permitem às pessoas disseminarem desinformação e corroerem a democracia”, completou.

Outra ameaça que tem sido identificada é a utilização exponencial de contas automatizadas nas diversas redes, os chamados “robôs”, que agiram especialmente para a disseminação de informações e para influenciar as discussões com intuito de beneficiar determinados atores políticos. A Sala de Democracia Digital afir- »

---

## Especialistas alertam para o risco de censura ao se construírem regulamentações e medidas criminalizantes para tentar coibir a disseminação de fraudes nas redes

mou, em 19 de outubro, que o debate influenciado por robôs chegou a ser responsável por 10,4% das discussões no Twitter, favoráveis e contrários a ambas as candidaturas, ainda que com maior proeminência em um lado.

Um estudo publicado pela DAPP no início do ano, intitulado “Robôs, redes sociais e política no Brasil”, já havia apontado que esses mecanismos que geram artificialmente conteúdo atuam cada vez mais com fins maliciosos. “Eles buscam criar discussões forjadas e interferir em debates e, dessa forma, criam desinformações que podem interferir nos rumos de políticas públicas ou até mesmo em processos políticos e democráticos”, destacou o relatório.

### O QUE FAZER?

Durante a Conferência Internacional sobre a “Desinformação na era digital e seu impacto na liberdade de expressão e nos processos eleitorais da região”, realizado em Montevidéu, no Uruguai, em outubro, representantes de diversos países latino-americanos apresentaram recomendações para que os canais digitais não sejam utilizados para enfraquecer os mecanismos democráticos – ao contrário, para que possam fortalecê-los, como sempre foi a expectativa dos estudiosos das redes.

O analista de políticas da Associação Latino-americana de Internet (Alai) considerou ser fundamental criar capacidades para o usuário distinguir o que é verdadeiro e falso, por meio de diferentes ferramentas. Ele e outros especialistas apontaram que é necessário promover uma “alfabetização midiática” para que os cidadãos possam lidar melhor com esse novo ambiente. “Sem isso, não vamos ter êxito no combate à desinformação”, comentou o conselheiro de Informação e Comunicação para a América do Sul da Unesco, Guilherme Canela, que afirmou que a regulação estatal não é o melhor caminho para se resolver a questão, pois implica riscos para a liberdade de expressão.

A opinião foi compartilhada por participantes de um seminário realizado pela Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo, na capital paulista, que também teve como tema as notícias falsas e a influência das redes sociais no debate político. A representante do Coletivo Brasil de Comunicação Social Intervozes, Bia Barbosa, alertou que medidas criminalizantes ao compartilhamento de notícias falsas podem incorrer em censura política, e que já existem crimes definidos por lei, como injúria, calúnia ou difamação, capazes de coibir a prática. Da mesma forma, o desembargador Waldir Nuevo Campos sustentou que a solução para o problema das notícias falsas não passa pela criminalização. “É um erro tentar definir um conceito jurídico de *fake news* e criminalizar a conduta de quem simplesmente compartilha essas informações”, afirmou.

O coletivo Intervozes aponta ainda outra questão como ponto importante no debate sobre as notícias falsas: o fenômeno da desinformação encontraria um ponto de partida no cenário de concentração dos meios tradicionais e digitais, que cria condições ideais para que se reproduza facilmente a desinformação. “As plataformas se empoderaram ao ponto de remover ou diminuir a circulação de certas informações. Quem são as empresas privadas para definirem o que circula e o que não circula?”, questionou Iara Moura, representante do coletivo no evento do Uruguai.

Outros especialistas, no entanto, acreditam que o Estado deve, sim, ter uma atuação de maior impacto na regulação das redes, para evitar que se transformem em uma ameaça à democracia. Em artigo publicado no portal Jota, especializado em temas jurídicos, Tatiana Trícia de Paiva Revoredo, especialista em Direito Digital e representante do European Law Observatory on New Technologies no Brasil, defendeu a necessidade de um amplo debate entre cidadãos, governos, empresas e reguladores para possíveis mudanças nas legislações.

Ela argumenta que é preciso um mínimo de regulamentação para “evitar abusos, proteger os cidadãos e consumidores, para garantir o funcionamento adequado e eficiente dos ecossistemas em torno dessas novas tecnologias”. A especialista destaca que os órgãos reguladores e os legisladores, assim como toda a sociedade, ainda estão aprendendo a lidar com todas as novas tecnologias, e lembra das dificuldades de se atuar nesse campo, entre elas a velocidade das inovações, a diluição das fronteiras nacionais, no que se refere à internet, e a própria natureza descentralizada



Valter Campanato/Agência Brasil

A presidente do TSE, ministra Rosa Weber, sobre o combate às *fake news*: “Nós ainda não descobrimos o milagre”

das tecnologias emergentes, como o *blockchain*.

“É insensato propor uma proposta legal que busque regular os novos tempos com pesos e medidas aplicadas ao sistema baseado na sociedade industrial, sem considerar que os ‘valores’ econômico-sociais mudaram”, advoga. Ela sugere que a regulação incida mais sobre o “entorno” do que sobre a tecnologia em si. “É salutar que exista regulamentação, mas apenas o ambiente ao redor das inovações tecnológicas, como regras para proteger clientes e impor penalidades àqueles que prejudicam a confiança na indústria, bem como a definição de diretrizes para as melhores práticas por corretores etc.”, exemplifica Tatiana.

Em entrevista ao portal Consultor Jurídico, Diogo Rais, fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), defendeu que a tarefa do Judiciário é decidir diante do conflito e não “regular a verdade”. “Os melhores lugares para se debater a matéria são a academia, a imprensa e as iniciativas da sociedade”, afirmou. Para ele, ou o Direito não deve interferir, ou deve interferir apenas no caso concreto. “Existe um espaço interpretativo enorme diante de questões como a da desinformação. Por isso, não é possível fazer uma lei que seja eficiente e, ao mesmo tempo, protetora da liberdade de expressão”, argumenta.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possui um Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições, formado por

membros da sociedade civil e de órgãos estatais, que iniciou os trabalhos ainda em 2017. Ao longo das eleições, o grupo se reuniu para discutir o impacto das *fake news* na campanha eleitoral, entre outros temas. O coordenador do Conselho e secretário-geral da Presidência do TSE, Estêvão Waterloo, apresentou a visão do tribunal sobre a necessidade de regulamentação sobre o tema. “Na linha tênue entre controle ou não, regulação ou não, nós vamos sempre privilegiar a liberdade de expressão”, afirmou.

A presidente do tribunal, ministra Rosa Weber, avaliou que a atuação do órgão foi eficaz, mas que o fenômeno das notícias falsas é mundial e não possui soluções simples. “Se tiverem uma solução para que se coíbam *fake news*, por favor, nos apresentem. Nós ainda não descobrimos o milagre”, declarou.

*Nas próximas páginas, um cientista político e um especialista em análise de dados digitais debatem o que esse novo momento pode significar para a democracia e o futuro do debate público brasileiro.* »

---

# Comunicação individual de massa e comunicação pública

JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES

Há evidentes mudanças na forma pela qual indivíduos e coletividades se formam e se relacionam. Novas tecnologias digitais e as redes sociais vêm tendo enorme impacto nisso, mediante o que se pode chamar de meios de comunicação de massa individuais, para utilizar uma expressão de Manuel Castells. No processo político e em particular eleitoral isso é claro, como pudemos ver nas eleições presidenciais de 2018, nas quais elegeu-se presidente Jair Bolsonaro, formando bancada surpreendentemente ampla no Congresso com o até então inexistente PSL, e puxando também candidaturas a governador.

É preciso ter cuidado para não exagerar o efeito desses meios novos de comunicação. Os grandes meios de massa seguem sendo importantes, em particular a televisão e o rádio (a entrevista dada pelo candidato Bolsonaro à Record no momento do debate eleitoral da Rede Globo e a cobertura sobre seu esfaqueamento tiveram peso decisivo no processo eleitoral). Mas é inegável que mudanças importantes estão em curso. Podemos destacar três aspectos.

Primeiramente, a responsabilização individual que advém do compartilhamento de material pelas redes sociais, Facebook e em especial o WhatsApp. Ao menos uma sensação de participação o cidadão comum tem com esse processo, pois, se grande parte do conteúdo é produzido de forma centrali-

zada e distribuído profissionalmente, parte da disseminação das mensagens é de iniciativa de usuários individuais. Isso faz com que quem propaga as mensagens se sinta não apenas participante de um processo político mais amplo; passa a sentir-se responsável pelo que propaga. Isso pode ter como consequência uma cristalização do voto, porquanto, tendo feito campanha junto a amigos e conhecidos, é difícil uma mudança brusca em termos de candidaturas. Uma cumplicidade entre emissor e receptor se produz, gerando uma cadeia bastante sólida.

Por outro lado, a velocidade com que os processos de comunicação e formação de “opinião pública” se desdobram é grande. Ondas de opinião podem se formar mais rapidamente. Podem ser fugazes, sem dúvida, mas a questão da responsabilização e da cumplicidade assinalada acima pode emprestar a essas ondas densidade. Como se sabe, o que se chama de “*bandwagon effect*” é fenômeno importante, seja no consumo, na política ou em outras esferas de opinião. Ou seja, a onda se retroalimenta, uma vez que se supõe que as pessoas gostam de estar de acordo com a maioria e mesmo sentirem-se espertas, além do mais, atribuindo-se pioneirismo na escolha de um candidato, opinião ou produto. Isso ajuda também, a partir de certo momento, a consolidar a cadeia que está na base mesmo do “*bandwagon*”.

Há, porém, o mais preocupante elemento rela-



**É preciso ter cuidado para não exagerar o efeito desses meios novos de comunicação. Os grandes meios de massa seguem sendo importantes. Mas é inegável que mudanças importantes estão em curso**

cionado às já infames “*fake news*”. Exatamente aquela produção e disseminação centralizada de informações pode se pôr assim como rebaixamento de processos de formação de opinião e/ou eleitorais, como efeitos altamente deletérios para a democracia. A eleição de 2018 foi marcada claramente por isso, embora não se deva dar peso a essas notícias fajutas na vitória de Bolsonaro, algumas muito bizarras, mas sobretudo ao desgaste do sistema político – que se suicidara –, e em especial do PT, com quem disputou o segundo turno. Em particular na Europa a preocupação com o sequestro da democracia por essas formas de comunicação já é grande e projetam-se controles que protejam a democracia.

Os meios individuais de comunicação de massa podem e têm tido grande efeito democratizador, participativo. As manifestações, por todo o mundo, de inícios dos 2010 são exemplo cabal disso. Mas eles não produzem uma esfera pública de discussão e formação de opinião política, especialmente, tal qual enfatizaram Jürgen Habermas e Gabriel Cohn. Somente um debate aberto, controlado pelo escrutínio da população em seu conjunto – e não atomizada até certo ponto e anonimizada, como a que esses meios proporcionam –, é capaz de garantir uma comunicação robustamente democrática. Será a combinação desses dois tipos de processo que no futuro, espera-se, garantirá e ampliará a democratização de nossos sistemas políticos, eles mesmos extremamente exclusivistas e fechados.

Livia Marques



**JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES**

*Doutor em Sociologia e pesquisador no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*



---

# Debate Público nas Mídias Sociais: uma questão de letramento midiático digital

TARCÍZIO SILVA

Completaram-se dez anos, em 2018, desde a histórica campanha que elegeu Barack Obama pela primeira vez. Analistas, profissionais de marketing e cientistas estudaram a fundo a campanha com um otimismo – me incluo – que fazia jus a tudo que as mídias sociais poderiam oferecer a estudiosos da sociedade e opinião pública: campo virtualmente infinito para oferecer informações e discussões sobre os mais variados temas e ao mesmo tempo um modo de medir aquelas opiniões em suas granularidades no mundo complexo.

Nos últimos anos, porém, Reino Unido, EUA, Guatemala, México, Myanmar, Nigéria e o nosso Brasil, entre outros países, testemunharam os perigos e impactos que uma mistura da radicalização política e a inflamação de discurso de ultradireita podem ter com uma internet platformizada. A percepção de que Facebook, Twitter, YouTube e outras plataformas democratizam a comunicação é errônea, apesar de ser o discurso hegemônico. Elas criam novas possibilidades, sim, mas não necessariamente são positivas e podem gerar ainda mais concentração dos meios de comunicação do que conhecíamos antes.

Ativistas, pesquisadores, parlamentares e até

consultores de mercado têm usado internacionalmente o termo “*Big Five*” em referência às cinco gigantes da tecnologia – Apple, Alphabet, Microsoft, Facebook e Amazon. Juntas elas dominam não só as principais mídias sociais e ambientes de comunicação online, mas também tecnologias de acesso, inovações quanto a robótica, *cloud computing* e inteligência artificial. Estas tecnologias possuem impacto não só na comunicação, mas na economia mundial e também na democracia – pesquisadores do próprio Facebook já publicaram artigos científicos sobre a capacidade de direcionar propensão a voto e estados emocionais de milhões de pessoas com pequenas mudanças nos algoritmos de visibilidade de conteúdo.

Entretanto, todas têm em comum o fato de que seriam apenas “tecnologias neutras”. A capacidade de influenciar esta ou aquela esfera pública seria responsabilidade apenas de seus usuários. Não é o que pensam legisladores e pesquisadores que estão pressionando estas corporações em inúmeros casos de influência negativa, venda de dados e vazamentos.

Sobre o uso das mídias sociais para articulação com a população sem mediação do jornalismo, o



## É necessário um esforço coletivo do Estado, universidades públicas e privadas, empresários, *startups*, ativistas e cidadãos para colocar o Brasil em pé de igualdade no debate sobre a tecnologia

caso de bloqueio de usuários no Twitter pelo presidente americano Donald Trump é emblemático. Depois de bloquear milhares de cidadãos críticos à sua administração, a corte federal estadunidense concluiu que bloquear cidadãos fere a primeira emenda da constituição. Quanto aos perigos do uso nocivo das plataformas em relação à democracia, vimos o escândalo do uso massivo de dados de forma favorável à eleição de Trump. A empresa responsável pela campanha foi processada, o Senado americano realizou audiências com o Facebook, mas, a rigor, pouco foi feito. A plataforma aproveitou a oportunidade para fechar mais o acesso aos dados, deixando pesquisadores e ativistas a ver navios.

E qual a relevância disso tudo para o Brasil e perspectivas sobre desenvolvimento? Todas! É necessário um esforço coletivo do Estado, universidades públicas e privadas, empresários, *startups*, ativistas e cidadãos para colocar o país em pé de igualdade no debate sobre a tecnologia. Há décadas se fala, nos campos da Educação e da Comunicação, sobre “letramento midiático”: conhecimentos necessários aos cidadãos para consumir mídia de forma inteligente. Hoje, com o excesso informacional digital este letramento se torna indispensável não só para os cidadãos, mas para o futuro do país. \_\_\_\_\_



Divulgação

### **TARCÍZIO SILVA**

*Diretor de Pesquisa em Comunicação no Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD). Mestre em Comunicação.*